

Agricultura familiar, produção e comercialização de alimentos para o pnae no município de Marechal Cândido Rondon - PR**Family agriculture, food production and marketing through the pnae in the municipality of Marechal Cândido Rondon - PR**

Recebimento dos originais: 18/09/2018

Aceitação para publicação: 29/10/2018

Eliane Aparecida Laiol do Amarante

Mestranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE),

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus Marechal Cândido Rondon.

Endereço: Rua Pernambuco, 1777, Marechal Cândido Rondon - PR, Brasil

E-mail: lialaiol@hotmail.com

Vanice Marli Fülber

Doutoranda em Nutrição Animal e Forragicultura pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus Marechal Cândido Rondon.

Endereço: Rua Pernambuco, 1777, Marechal Cândido Rondon - PR, Brasil

e-mail: vanicemcr@gmail.com

Vanildo Heleno Pereira

Doutorando Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus Marechal Cândido Rondon.

Endereço: Rua Pernambuco, 1777, Marechal Cândido Rondon - PR, Brasil

E-mail: vanildoehp@gmail.com

Wilson João Zonin

Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus Marechal Cândido Rondon.

Endereço: Rua Pernambuco, 1777, Marechal Cândido Rondon - PR, Brasil

e-mail: wzonin@yahoo.com.br

Rodrigo Novakoski

Mestrando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Endereço: Avenida João Pessoa, 31, Porto Alegre, RS.
E-mail: rodrigo.novakoski@hotmail.com

RESUMO

Análise da comercialização de alimentos através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Município de Marechal Cândido Rondon, Paraná, foi realizada com o objetivo de identificar os principais problemas na comercialização e a satisfação dos agricultores familiares e profissionais envolvidos. A metodologia utilizada na pesquisa foi o estudo de caso, com coleta de dados realizada através de entrevistas, aplicando questionários que permitiram as análises qualitativas e quantitativas das diferentes propriedades rurais familiares que fornecem alimentos para o PNAE. A quantificação de valores e volumes comercializados foi possível a partir de dados fornecidos pela Associação Central de Produtores Rurais Ecológicos – ACEMPRE. Com base na análise dos dados constatou-se que o PNAE contribui positivamente no incremento da economia dos sistemas de produção vinculados ao mercado institucional, destacando-se a alta qualidade dos alimentos produzidos e comercializados, em geral a preços abaixo dos valores praticados pelo varejo local. O PNAE como política pública amplia os espaços de comercialização e estimula a produção de alimentos saudáveis para garantir a segurança alimentar e nutricional dos seus beneficiários,, estimula o aumento no volume de produção, garante renda com um novo mercado consumidor, refletindo diretamente na sustentabilidade dos sistemas produtivos com a permanência dos agricultores na atividade, motivando a sucessão nas propriedades familiares do município e por consequência melhorias na qualidade de vida das populações rurais.

Palavras-chave: PNAE; Comercialização; Agricultura familiar; Políticas públicas.

ABSTRACT

Analysis of food marketing through the National School Feeding Program (PNAE) in the Municipality of Marechal Cândido Rondon, Paraná, was carried out with the objective of identifying the main problems in the commercialization and the satisfaction of the family farmers and professionals involved. The methodology used in the research was the case study, with data collection performed through interviews, applying questionnaires that allowed the qualitative and quantitative analyzes of the different family farms that provide food for the PNAE. The quantification of marketed values and volumes was possible from data provided by the Central Association of Ecological Rural Producers - ACEMPRE. Based on the analysis of the data, it was found that the PNAE contributed positively to the increase of the economy of the production systems linked to the institutional market, highlighting the high quality of the food produced and commercialized, generally at prices below the values practiced by the local retail . The PNAE as a public policy expands the commercialization spaces and stimulates the production of healthy foods to guarantee the food and nutritional security of its beneficiaries, stimulates the increase in the volume of production, guarantees income with a new consumer market, directly reflecting the sustainability of the productive systems with the permanence of the farmers in the activity, motivating the succession in the familiar properties of the municipality and consequently improvements in the quality of life of the rural populations.

Key words: PNAE; Commercialization; Family farming; Public policy.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar caracteriza-se por ser desenvolvida em pequenas propriedades, com mão de obra predominantemente familiar, policultivos, conservação e resgate dos recursos culturais, de gênero e geração, maior responsabilidade social e ambiental, com renda gerada quase que exclusivamente das atividades desenvolvidas na propriedade. Ocupam pequenas áreas, abriga o maior volume da população rural do Brasil e é responsável pela produção da grande maioria dos alimentos que compõe a dieta diária do Brasileiro.

Diante do potencial produtivo e econômico, importância social da agricultura familiar, esse setor produtivo tem demandado maior atenção por parte das organizações sociais e dos gestores públicos, que nos últimos anos permitiram a implantação de políticas públicas direcionadas para essa categoria produtiva, dentre elas destacam-se, a Lei da Agricultura Familiar e a Lei da Alimentação Escolar.

O programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública que contribui para o fortalecimento da Agricultura Familiar e proporciona melhoria da qualidade dos alimentos fornecidos aos estudantes. Apesar de antigo, remonta à década de 1950, sua importância maior tem sido recente, com a aprovação da Lei 11.947, de junho de 2009, que fixou objetivos, princípios e diretrizes, permitindo maior controle social e o acesso dos agricultores familiares a este mercado.

O PNAE prevê garantir alimentação escolar saudável para toda a rede pública de ensino, em que, no mínimo 30% dos alimentos, obrigatoriamente devem ser oriundos empreendimentos produtivos locais, provenientes da agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, de comunidades indígenas e quilombolas.

Em nível da comunidade escolar, o programa contribui para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem e rendimento escolar, além da formação de hábitos saudáveis para os alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que atendam suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola (Segundo a Cartilha Nacional de Alimentação Escolar (2014)).

Os objetivos complementares do PNAE são envolver todos os entes federados (estados, Distrito Federal e municípios) na execução do Programa, estimular o exercício do controle social, dinamizar a economia local, contribuindo para a geração de emprego e renda, respeitando os hábitos alimentares e vocação agrícola local.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A agricultura familiar é caracterizada pela interação entre gestão e trabalho, desde o processo produtivo até a diversificação da produção, tudo é realizado pelos próprios agricultores. A

participação da agricultura familiar representa mais de 84% do total de estabelecimentos rurais em uma área de pouco mais de 24%, além disso, a produção desta categoria representa 34,6% (54 bilhões de reais) do valor bruto da produção”. “Conforme definição baseada na lei 11.326 de 24 de Julho de 2006 compreende se por Agricultura Familiar as atividades envolvidas no meio rural, que utilizam mão de obra da própria família com área que não ultrapasse mais do que quatro módulos fiscais” (BRASIL, 2016, pg 12).

No contexto da Agricultura familiar recupera-se um estilo de mercado que pode ser identificado como Economia Solidária “A Economia Solidária pode ser definida em três dimensões:

Dimensão Econômica: fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, denominado autogestão, em que não existe patrão nem empregados, pois todos os integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos.

Dimensão cultural caracteriza o jeito de estar no mundo, (em casa, em eventos ou no trabalho) e consumir produtos locais, saudáveis, que não afetem o meio-ambiente, não sejam geneticamente modificados e não atendam interesses do sistema capitalista. Neste aspecto, também simbólico e de valores, estamos falando de mudar o paradigma, da competição o modelo da cooperação e da inteligência coletiva, livre e partilhada.

Dimensão Política: um movimento social que busca mudanças da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nos interesses econômicos dos grandes conglomerados, nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.” (FBES 2013).

A economia solidaria abrange, desde trabalhadores das mais diversas classes, da população vulnerável e excluída até cooperativas da agricultura familiar e agroecologia, organizados de modo coletivo buscando renda, trabalho digno, dinamizando a economia local e promovendo a preservação ambiental. “A economia solidária se expressa em organização e conscientização sobre o consumo responsável, fortalecendo relações entre campo e cidade, entre produtores e consumidores, e permitindo uma ação mais crítica e proativa dos consumidores sobre qualidade de vida, de alimentação”. (FBES 2013).

Muitos jovens deixam o campo para estudar e se profissionalizar, por falta de oportunidades no meio rural. Para frear essa tendência, é incentivada a prática da sucessão rural, com a base necessária para que o jovem permaneça no campo, estimulando a produção na propriedade da família e a continuidade da agricultura familiar. Muitas mulheres trabalhadoras rurais ainda sofrem

violência e preconceito. Contra isso muitos trabalhos são desenvolvidos para mudar esta realidade e garantir a igualdade de gênero e os direitos das mulheres, também no meio rural. Muitos idosos não têm reconhecida sua dedicação à produção de alimentos, entre outras demandas que precisam de atenção, (CONTAG, 2015).

Segundo Sobral, et, al (2008), a necessidade de assegurar a boa alimentação à população tem levado os governantes a buscarem novas formas de execução de Políticas Sociais que possam garantir direito à alimentação equilibrada e saudável a todas as pessoas. Entende-se como Segurança Alimentar e Nutricional a disponibilidade de alimentação de qualidade com garantia contínua, permanentemente e em quantidades satisfatórias.

Sob o enfoque das políticas públicas para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, em 1993 o Governo Federal apresentou o Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria. A partir desta proposta, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA -, com o compromisso primordial de refletir, discutir e sensibilizar a população sobre os aspectos relacionados à concentração de renda e da terra, vista como um dos principais determinantes da fome e da miséria no país.

No Brasil, a partir de 2004 iniciou-se a redefinição das políticas sociais que principiaram a transformação, na qual foram reunidas as ações de assistência social e implantação de diversos programas no “processo de construção de valores e práticas, com impactos diretos na estrutura político-institucional de distintos setores governamentais e societários, crescendo também a preocupação com os aspectos culturais, ambientais, de saúde e nutrição” (NASCIMENTO; ANDRADE, 2010).

Dois anos depois, deu-se a criação do SISAN pela Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, objetivando a formulação e implementação de políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimulando a integração dos esforços entre governo e sociedade civil com o intuito de promover o acompanhamento, monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do país. Além disso, assegurar ao poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formular e programar políticas, planos, programas e ações visando assegurar o direito humano à alimentação adequada, levando em consideração as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais comprometendo o poder público ao dever de respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar o efetivo direito humano à alimentação adequada, bem como, garantir os mecanismos para sua exigibilidade. (BRASIL, 2006).

A lei da Alimentação Escolar 11.947 de 2009 fixou diretrizes fundamentais, orientando:

(...) o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis,

(...) a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem,

(...) a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica,

(...) a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada,

(...) o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais,

(...) o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, (BRASIL 2009, p.1).

De acordo com Burlandy (2009), o CONSEA deu maior visibilidade a conflitos e posições diferenciadas do próprio governo em torno de alguns temas, como a comercialização de alimentos transgênicos e demandas distintas da agricultura familiar e do agronegócio. Neste momento é notada e valorizada a importância da agricultura familiar. O SISAN destina-se a aproximar a produção, abastecimento, comercialização e consumo de alimentos, considerando também suas inter-relações através do apoio à produção de alimentos da agricultura de pequeno porte e à comercialização destes produtos, os quais tem a proposição de potencializar o bem estar social e alimentar dos produtores e dos consumidores, enquanto favorecem o acesso a alimentos frescos a custo muito mais baixo. (BURLANDY, 2009).

No município de Marechal Cândido Rondon o PNAE é executado pela prefeitura em parceria com a Associação Central dos Produtores Rurais Ecológicos (ACEMPRE).

Com base no número de matrículas, o governo calcula o valor de repasse para a alimentação escolar. “Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino: Creches, R\$ 1,00; Pré-escola, R\$ 0,50; Escolas indígenas e quilombolas, R\$ 0,60; Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos, R\$ 0,30; Ensino integral, R\$ 1,00; Alunos do Programa Mais Educação, R\$ 0,90; Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno, R\$ 0,50” (FNDE, 2015).

3 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada entre julho de 2015 até junho de 2016. Inicialmente para conhecer a real situação do município, foram coletados dados por meio de pesquisa literária que forneceram informações básicas para desenvolver o estudo.

A partir das informações da primeira fase, com informações sobre o município, e do funcionamento do PNAE no local, permitiu a elaboração de um questionário, com o intuito de compreender qual era o contexto no qual os produtores agroecológicos do município estavam inseridos, o questionário contava com uso de indicadores sócio econômicos, tais como renda familiar, posse da terra, trabalho exclusivamente na propriedade, renda externa (emprego assalariado), escoamento da produção, participação em políticas públicas, (PAA, PNAE), idade dos envolvidos, nível de escolaridade, gênero, além de indicadores ambientais como acesso à água, presença de erosão, área de preservação permanente, reserva legal, presença de quebra ventos e barreiras, situação das estradas, meios de transporte.

A aplicação do questionário foi feita em forma de entrevista, com aplicação do questionário escrito, com presença de questões abertas e fechadas, as quais foram simultaneamente gravadas com aparelho eletrônico precisamente telefone móvel com auxílio de um aplicativo de gravação de voz para posterior transcrição de trechos importantes para o estudo.

Os dados referentes aos produtos, volumes, valores e quais agricultores responsáveis pela produção foram obtidos junto à Associação Central de Produtores Rurais Ecológicos – ACEMPRE. Os dados foram tabulados e analisados mediante uso de planilha eletrônica Excel, de maneira que pudessem ser comparados.

A produção de um ano ininterrupto foi tabulada, por meio da utilização do EXCEL, para que fosse possível a comparação destes dados. A utilização dos termos primeiro período e segundo período foi necessária, pois houveram duas chamadas públicas para o fornecimento de alimentos para o PNAE, o primeiro período se trata da primeira chamada pública, conseqüentemente o segundo representa a segunda chamada pública. O uso desta divisão se fez útil para uma melhor organização da produção, bem como das entregas e toda a logística necessária para o atendimento da demanda alimentar do PNAE. Ficou difícil precisar exatamente quando iniciava um período ou outro, visto que a chamada pública é realizada 2 meses antes aproximadamente de iniciar o fornecimento dos alimentos, além de que alguns produtores começam a fornecer antes que outros devido ao fato de que cultivavam alimentos diferentes.

A metodologia utilizada o de estudo de caso, com análises qualitativas e quantitativas, com a intenção de estudar as relações de comercialização dos produtos destinados ao PNAE, no

município. Foram entrevistados 32 agricultores e agricultoras envolvidos na Comercialização de produtos para o PNAE.

O Município de Marechal Cândido Rondon, localiza-se na Região Oeste do Paraná, nas seguintes coordenadas geográficas 24° 33' 21"S; 54° 03' 25"W. O município possui 50.299 habitantes, segundo dados do Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010. O Grau de urbanização é de 83% (IPARDES, 2017).

Com sua economia predominante oriunda da agropecuária, Marechal Cândido Rondon também é produtor de alimentos orgânicos, setor em que os envolvidos participam de uma associação para a comercialização dos produtos, a ACEMPRE, criada em 1992, através da qual são comercializados os produtos vindos de pequenas propriedades de agricultores associados em loja própria, assim como nos diversos supermercados da cidade.

A associação desenvolve ações integradas com o CAPA – Centro de Apoio e Promoção à Agroecologia, núcleo Marechal Cândido Rondon, uma organização não governamental de apoio aos agricultores agroecológicos da região oeste do Paraná.

O CAPA iniciou sua atuação na região desde 1997, à partir de quando assumiu o compromisso pelo acompanhamento técnico dos produtores da ACEMPRE. Este assessoramento é feito com foco na agroecologia (CONSTANTY e ZONIN, pg. 380, 2016).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

À partir dos dados coletados e analisados, foi possível identificar quais e quantos produtos alimentícios foram fornecidos pelos agricultores familiares para a merenda escolar entre julho de 2015 a junho de 2016, no município de Marechal Cândido Rondon, no oeste do Paraná.

Essa discussão é de fundamental importância, pois apresentam dados relevantes sobre quais foram os produtos comercializados em maior volume, diversidade produzida e quais os mais valorizados economicamente no projeto da merenda escolar no ano de 2015.

A partir destes dados foi possível identificar quais são as culturas com potencial de cultivo ao longo do ano todo ou em épocas determinadas, gerando renda mensal fixa e quais as limitações encontradas para executar o PNAE e atender ao que determina a lei da merenda escolar.

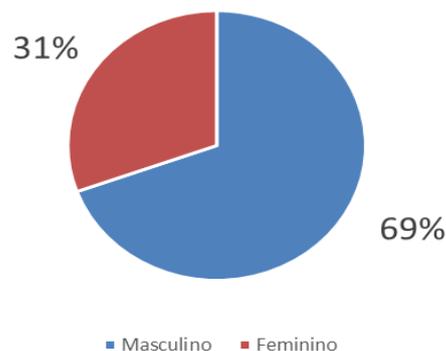
4.1 QUESTÕES SOCIAIS DOS ENTREVISTADOS

De acordo com os dados do Censo 2010 do IBGE, no município de Marechal Cândido Rondon, a população no meio rural era de 22.833 homens e 23.966 mulheres (IBGE, 2010). Tais dados abrangem os agricultores convencionais bem como agricultores orgânicos e agroecológicos, destacando o equilíbrio entre homens e mulheres residindo no meio rural.

“No Brasil, nas últimas décadas, cresceu significativamente a participação das mulheres agricultoras nas lutas sociais rurais e, também, nas experiências produtivas vinculadas à agricultura familiar e ao movimento agroecológico.” (SIQUEIRA, 2014, pg. 68).

A Figura 1 mostra o perfil de gênero das famílias participantes do PNAE em 2015. Dentro da realidade assistida no decorrer do trabalho foi perceptível que as mulheres desempenham várias tarefas no meio rural, porém a maior participação é masculina. Embora de acordo com o IBGE as mulheres sejam a maioria representativa, (51%), em termos de atividades orgânicas e agroecológicas no município elas representam 31%. O papel feminino nestas atividades é representado principalmente pelos afazeres referentes geralmente às hortas, assim como a produção de bolachas caseiras, massas, pães,ucas, sobremesas como pé - de - moleque, salame, queijos, compotas entre outros.

Figura 1: Produtores do PNAE em 2015.



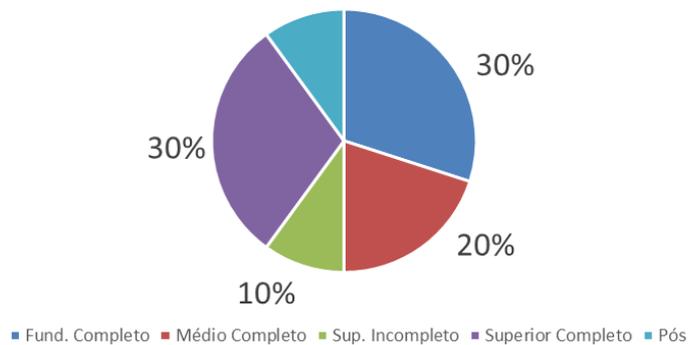
Fonte: Amarante, 2016.

De acordo com os resultados, os homens perfazem mais de dois terços da população (69%) nas famílias dos agricultores familiares entrevistados. Esses dados são preocupantes, uma vez que, pode demonstrar o êxodo das mulheres das propriedades rurais, o que pode determinar em curto prazo, motivação para que os homens também abandonem as propriedades e as atividades produtivas. Apesar da preocupação neste âmbito “outro ponto importante e bastante atual é a relação entre gênero e agroecologia, já que as mulheres no campo desempenham um importante papel no manejo sustentável e na conservação da biodiversidade.” (SIQUEIRA, 2014, pg. 68). Outra justificativa plausível para a diferença percentual entre homens e mulheres que desempenham as atividades voltadas para a Agroecologia, no município, seria o fato de os jovens, principalmente as mulheres saírem de casa, para estudar, trabalhar ou até mesmo para se casar.

É fato argumentado pelos entrevistados que o trabalho no meio rural é pesado para as mulheres, “a lida é dura, então é melhor estudar pra ser alguém, invés de pegar no batente [...] se

eles puderem estudar é o melhor, a filha gosta, já meu menino num quer saber não” (Produtor B). Tal comentário faz alusão à importância da educação, no contexto do desenvolvimento rural mais sustentável, pois alguns agricultores relatam que as filhas preferem estudar, mas que os filhos geralmente preferem trabalhar e permanecer no campo. Fato este que pode estar relacionado ao ganho financeiro que a atividade reflete, uma vez que estudar, (ensino superior), geralmente não permite o trabalho simultâneo. A figura 2 ilustra o nível de escolaridade dos entrevistados.

Figura 2: Nível de Escolaridade dos produtores.



Fonte: Amarante, 2016.

A Figura 2 ilustra o grau de escolaridade dos agricultores familiares estudados, em que 10% dos produtores possuem pós-graduação, 30% curso superior completo, 10% curso superior incompleto, 20% ensino médio e 30% possuem ensino fundamental completo. Chama atenção, o alto nível de escolaridade dos entrevistados, destacando-se a presença de significativo número de pessoas, que depois de formados na graduação, optaram pelo retorno ao campo como alternativa de trabalho. Não apenas jovens, é comum encontrar funcionários públicos, aposentados que adotaram o modo de produzir agroecológico como hobbies, ou que sempre tiveram essa vontade de trabalhar e viver no meio rural, porém as condições não eram favoráveis durante a juventude.

Sobretudo é interessante o fato de que ambos os gêneros se destacam, os homens pelo interesse na continuidade das atividades, as mulheres pela vontade de especialização, aprender novas receitas, conhecer novos possíveis cultivos, diferentes manejos.

“As mulheres empoderadas ou em processo de empoderamento crescem em autoestima, buscam informações, apreendem conhecimento e técnica, acumulam capacidades e sentem vontade de participar de organizações sociais, como associações ou grupos produtivos. Isto significa que elas estão, em um processo mútuo, exercitando um poder social e descentralizando o poder na unidade familiar.” (SIQUEIRA, 2014, pg. 115).

Embora as famílias observadas sejam comumente patriarcais, a matriarca da família sempre estava a par da maioria das decisões a respeito do trabalho, do cultivo e atividades das propriedades, o patriarca era tomava as decisões a respeito da área financeira, geralmente com o apoio da esposa.

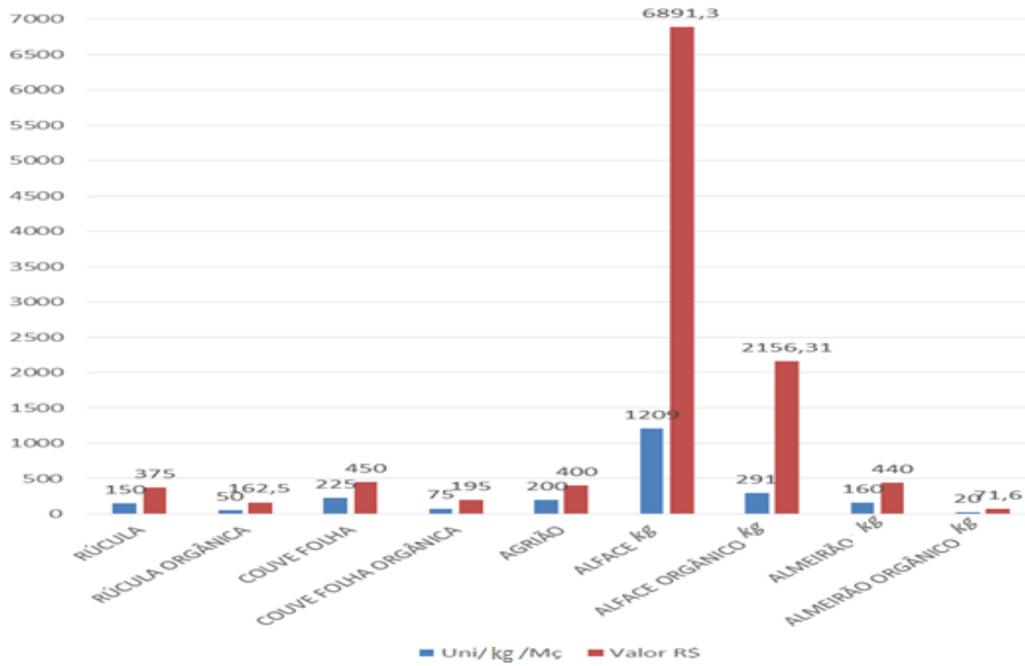
4.2 PRODUTOS COMERCIALIZADOS, VOLUMES E VALORES

Dentre os alimentos fornecidos ao Programa pelos agricultores estavam às hortaliças fruto fornecidas no ano de 2015 até meados de 2016, dos diferentes produtos ofertados no decorrer do ano, as hortaliças fruto com maior expressividade de produção foram a abobrinha verde com uma produção de 570 Kg e rentabilidade de R\$ 1.425,00, no primeiro período (Março 2015- Set 2015 aproximadamente) e no segundo período, (Out 2015 – Março 2016 aproximadamente) a hortaliça fruto mais produzida foi o pepino salada orgânico com Kg 421 proporcionando uma renda de R\$ 1.094,60 centavos.

De maneira geral, do primeiro para segundo período, a abóbora moranga e a abobrinha verde, assim como o chuchu convencional e o orgânico, reduziram a níveis consideráveis sua produtividade, em contrapartida, temos o pepino salada orgânico que elevou consideravelmente a sua produtividade. A berinjela foi produzida apenas no primeiro período em pequena quantidade, no segundo período o pimentão foi fornecido em menor quantidade.

De modo à ilustrar a tabulação dos dados e elaboração dos gráficos a partir dos quais foram comparadas as produtividades e os valores obtidos a partir da produção, na figura 3 abaixo estão representadas as hortaliças folhosas comercializadas durante o primeiro período de 2015.

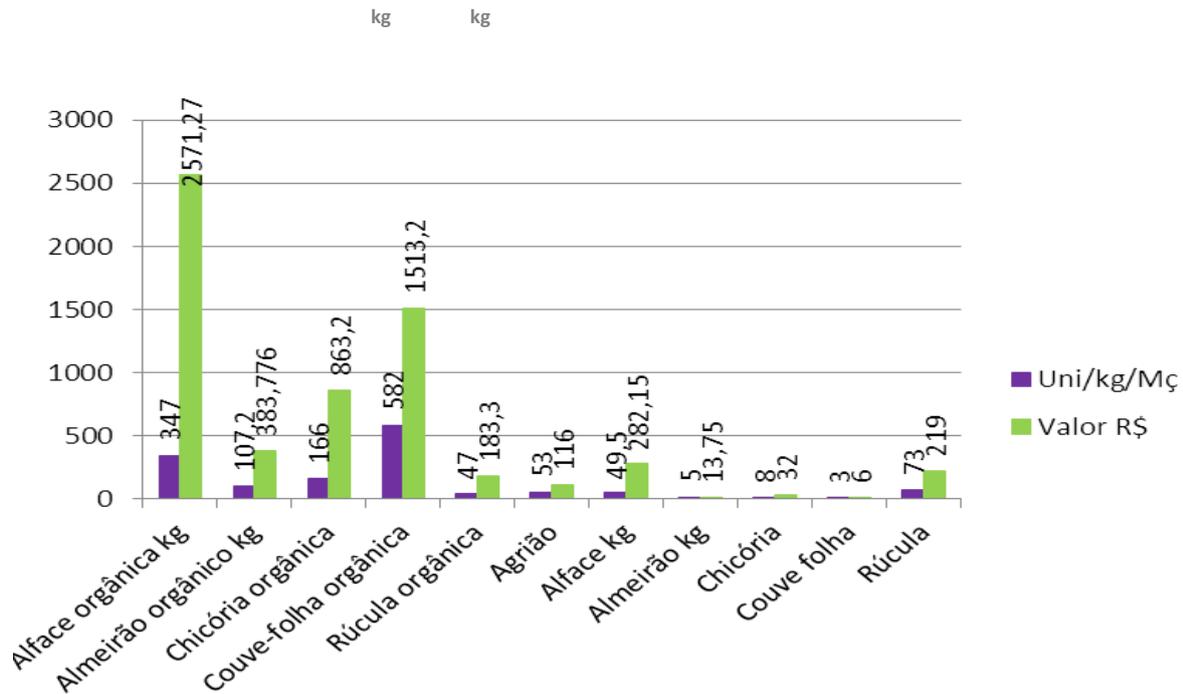
Figura 3: Hortaliças folhosas fornecidas no primeiro período de 2015.



Fonte: Amarante, 2016.

Na figura 4 observam-se as hortaliças folhosas fornecidas para o PNAE no segundo período de 2015. Destacaram-se os produtos agroecológicos/orgânicos, em especial, alface, Couve-flor, chicória e almeirão.

Figura 4: Hortaliças folhosas fornecidas no segundo período de 2015.



Fonte: Amarante, 2016.

Comparando os dois períodos, observa-se que no primeiro a hortaliça mais produzida foi à alface e no segundo foi a couve folha orgânica.

Para Pino *et. Al* (1994), tais movimentos decorrem normalmente das variações climáticas relacionadas às estações do ano, ou a fatores culturais relacionados a efeitos de calendário. Quanto aos problemas com a produção, neste caso da cultura da alface, o produtor ressalta que: “isso é o meu maior problema, a sazonalidade” (Produtor A). A partir de sua fala, podemos perceber que devido a sazonalidade de alguns produtos, os mesmos não podem ser produzidos o ano todo. O produtor complementa: “se eu tivesse alface o ano inteiro, não perdia um pé!” (Produtor A). Embora seja difícil de cultivar alface no final do ano, a demanda pela hortaliça não cessa. Fato este que pode estar relacionado a aceitação da hortaliça pelas crianças atendidas pelo PNAE.

As frutas e frutos fornecidos para o PNAE observa-se que existe uma boa diversidade de produtos, mas a quantidade é pequena. O produto de maior destaque foi o morango, no primeiro período e no segundo período destacaram-se em volume a banana e o abacate. Além destes produtos também são fornecidos grãos e derivados como: Arroz, orgânico e integral, polido, farinha de trigo, feijão orgânico, vagem comum e orgânica, pão caseiro orgânico, milho verde sem palha, quirera, e bolachas caseiras. De acordo com a observação de ambos os períodos, o milho verde sem palha, que foi o produto de maior representatividade no primeiro período, no segundo não se

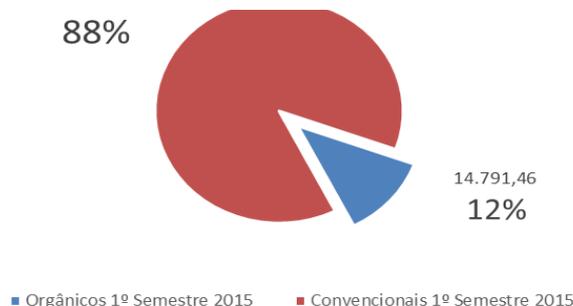
destacou. Por outro lado, a farinha de trigo orgânica (emb. 5kg) e o arroz colhido orgânico (emb. 5kg) dobraram seu fornecimento. Fato este que pode estar relacionado com a sazonalidade dos produtos, além do mais o milho pode ser cultivado nos dois períodos, safra/safrinha, o que garante sua disponibilidade durante o ano todo.

Mediante análise dos dados dos produtos comercializados e dos volumes e valores contratados, identificou se, que os produtos que geram maior renda são: a abobrinha verde, o pepino salada orgânico, o alface, o alface orgânico, o morango congelado, a banana, o milho verde sem palha, o arroz polido orgânico e o brócolis. A partir dos dados obtidos por este levantamento será possível criar um material de divulgação em forma de cartilha com o intuito de informar os produtores que não participam do PNAE sobre quais são as culturas, os produtos derivados, processados ou não, (por exemplo, minimamente processados: grão de trigo e farelo de trigo; processados: bolachas, panificados e massas a base de farinha de trigo), que geram maior renda em determinados períodos, contínuos ou não, (sazonalidade) de modo a incentivar novos produtores a ingressar no programa. Esse incentivo é uma maneira de ampliar a capacidade do município de produção de alimentos oriundos da agricultura familiar destinado à alimentação escolar, visto que são aproximadamente 1800 propriedades que poderiam estar fornecendo alimentos para o PNAE e não estão fornecendo.

4.3 TIPOS DE PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Na figura 11, pode-se observar a comparação dos valores de produtos orgânicos e convencionais, fornecidos ao PNAE no primeiro período de 2015. Onde 12% que corresponde a R\$14.791,46 pertence aos produtos orgânicos. Os 88 % restantes correspondentes a R\$108.590,90 dizem respeito aos produtos convencionais.

Figura 1: **Orgânicos x Convencionais (R\$), primeiro período de 2015.**

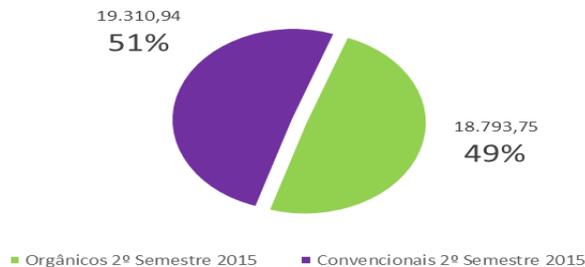


Fonte: Amarante, 2016.

Na figura 5, pode-se observar a comparação dos valores de produtos orgânicos e convencionais, fornecidos ao PNAE no segundo período de 2015. Onde 49% que corresponde a

R\$18.793,75 pertence à fatia dos produtos orgânicos. Os 51% restantes correspondentes a R\$19.310,94 referem se aos produtos convencionais.

Figura 2: **Orgânicos x Convencionais R\$ segundo período de 2015.**



Fonte: Amarante, 2016.

Com base nos dados apresentados nos dois períodos pode se observar que houve uma drástica redução percentual, a respeito dos produtos convencionais fornecidos para o PNAE. Baseado na fala de um produtor: “até metade do ano nós era em dezesseis, agora tem cinco que já enviou os papel e estão esperando certificação” (Produtor B). Desta forma fica evidente a transição da agricultura convencional para a orgânica. Destaca se também a organização dos agricultores, eles se unem de modo a incentivar todos os envolvidos à buscarem a certificação, não apenas pelo valor aquisitivo acrescido pelo Programa na aquisição de produtos orgânicos, mas sobretudo pela conscientização que os agricultores construíram ao longo do tempo, seja pela participação deles na ACEMPRE, além disso

Os processos incluem: no nível individual, a participação nas organizações da comunidade; no nível organizacional, as decisões coletivas e a divisão da liderança; e, no nível comunitário, ações coletivas para acessar recursos governamentais e comunitários. (HOROCHOVSKI, pg.496, 2007).

Em outras palavras é a soma das partes que faz com que funcione, é o empoderamento feminino, é o interesse dos jovens em se especializar e dar continuidade ao trabalho da família na propriedade, é o interesse por fornecer alimentos de qualidade que faz com que essa transição agroecológica flua de maneira positiva no município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PNAE além de fortalecer a agricultura familiar, estimula o desenvolvimento rural sustentável, promove a melhoria da qualidade de vida dos participantes do programa, bem como as relações sociais, melhora economicamente a vida dos envolvidos na comercialização, contribuindo

de maneira positiva também na qualidade de alimentos que além de possuírem baixo custo de aquisição, proporcionam alta qualidade e boa sanidade indispensáveis ao público alvo do programa, que são os estudantes da rede pública municipal. Dando a importância devida aos favorecidos pelo PNAE. Foi possível identificar os produtos comercializados, bem como volume e valores contratados, problemas ou dificuldades no processo de comercialização, tanto de parte dos agricultores, como, dos responsáveis pela aquisição dos alimentos, além de realizar uma avaliação da satisfação dos envolvidos no processo de venda e aquisição dos produtos.

Segundo os dados obtidos na prefeitura do município e com a ACEMPRE no primeiro período de 2015, 32 produtores destinavam seus produtos para o PNAE, já no segundo período de 2015 até meados de 2016 apenas 28 continuavam fornecendo. Dentre esses 28, 16 eram certificados orgânicos. Os demais estavam em processo de transição da propriedade, até o final do ano de 2016, vinte e um (21) agricultores estavam certificados.

Os resultados deste trabalho poderão servir de base para criação de um material de informativo voltado a inclusão de novos produtores, pois o município de Marechal Cândido Rondon, tem aproximadamente 1800 propriedades familiares com potencial para participação no PNAE. Entretanto atualmente só 28 propriedades fornecem para alimentação escolar.

Para que o município explore de maneira eficiente seu potencial de fornecimento de alimentos para o PNAE, algumas dificuldades precisam ser superadas, dentre elas: a infraestrutura de recebimento que ainda é ineficiente, de maneira geral este é o problema mais evidenciado pelos participantes. Uma opção seria a realocação do ponto de recebimento para uma sede própria, em um local destinado exclusivamente para o recebimento e distribuição dos produtos da alimentação escolar.

Outro problema enfrentado pela totalidade de produtores, juntamente com a ACEMPRE está relacionado à escassez de insumos na região, principalmente de hortaliças, o que tem elevado os custos de produção. Desta forma faz se necessárias compras a distância, fato que tem atenuado a questão dos custos. Uma solução para esta problemática está sendo estudada por parte da ACEMPRE, que seria a padronização da produção por meio da compra conjunta de insumos, como sementes, adubos, fertilizantes, etc. O que é interessante do ponto de vista dos custos, porém consequentemente reduziria a variedade e diversificação de produtos ofertados à alimentação escolar, a padronização seria uma solução a curto prazo, de maneira que o ideal seria a estruturação da aquisição de maneira definitiva, por meio de contratos de compra e venda, por exemplo, diretamente com os fornecedores ou produtores de insumos.

Dentre as dificuldades enfrentadas destacaram se aquelas relacionadas ao escoamento da produção, ambas as partes envolvidas concordaram que quando chove é difícil o acesso ou a saída

de determinados locais. Foi relatada também, a situação precária de algumas estradas pavimentadas no interior município, tais fatos dificultam o escoamento da produção bem como o acesso por parte da assistência técnica. Mas apesar destes empecilhos os envolvidos têm persistido na atividade e garantindo dessa forma a continuidade do programa.

Em se tratando da satisfação dos envolvidos no programa, destaca se a qualidade de vida, embora a maioria dos envolvidos afirme que houve melhorias, os mesmos alegam que não é possível sobreviver apenas com a renda obtida através do PNAE.

Desta forma o programa caracteriza se como um importante incremento de renda, uma oportunidade de comercialização segura e aumento da diversificação das atividades nas propriedades. Embora o programa não absorva toda a produção, suas compras são planejadas, desde o cultivo até a entrega, com assistência técnica e acima de tudo garantidas por lei, o que cria um vínculo direto entre produtor e governo.

Percebeu-se também o interesse tanto por parte dos produtores quanto dos responsáveis em crescer e desenvolver a atividade, buscando profissionalização, capacitação, técnicas adequadas e certificação para agregarem valor à produção. Quanto à certificação orgânica, observou-se que a quantidade de produtores certificados, no início de 2015 era pequena, mas passando no final do ano para aproximadamente 50%, e até o final do ano de 2016 serão 75%.

É perceptível o empoderamento feminino, mesmo dentro de sistemas familiares extremamente patriarcais, a última palavra sempre é do patriarca, porém dificilmente uma decisão que não agrade a ambos. Percebeu se um nível de autonomia de gênero, proporcionado pelo contexto agroecológico do município estudado. O que permite de modo crescente que os jovens, independente do gênero tenham vontade de sair para estudar, e voltar para o meio rural e colocar em pratica seus conhecimentos. O que previne de certa forma o êxodo rural.

6 CONCLUSÃO

Com base nos dados coletados e analisados, conclui-se que o PNAE no município de Marechal Cândido Rondon, contribui positivamente para a sustentabilidade da agricultura familiar, assim como estimula a transição da agricultura convencional para a orgânica.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, E. A. L. Caracterização da Comercialização de Alimentos Através do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - no Município de Marechal Cândido Rondon - PR Como Estratégia para Promover a Sustentabilidade nos Empreendimentos da Agricultura

Familiar. 2016. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Agronomia, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2016.

ÁVILA M.L.; CALDAS E. L.; Assad, S. S. Sinergia e Coordenação em Políticas Públicas: o caso do PAA e PNAE. In: **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, vol. 07, p. 68-81, 2013.

BRASIL. Resolução nº 67, de 28 de dezembro de 2009. Altera o valor per capita para oferta da alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Resolução/CD/FNDE N ° 67, de 28 de Dezembro de 2009**: Altera o valor per capita para oferta da alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?> junho-2011-pdf&Itemid=30192>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acesso em: 21/07/2015.

BRASIL. Leis, Lei nº 8.913, de 12 de Julho de 1994. Lei da municipalização da merenda escolar. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1994/lei-8913-12-julho-1994-349782-norma-pl.html>>. Acesso em 10/06/2016.

BRASIL. Leis, Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Lei do mínimo 30% (trinta por cento) devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/agricultura-familiar>>. Acesso em: 16/03/2016.

BRASIL. SEIBT P.; (Ed.). **Anuário da Agricultura Familiar**. Erechim: Editora Bota Amarela Ltda, 2016. 498 p.

BURLANDY, L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. **Ciênc. saúde** Col. 2009, vol.14, n.3, p. 851-860.

CALDAS E. L.; ÁVILA M. L., Continuidade de políticas públicas e o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: REA – **Revista Espaço Acadêmico** vol 13, pp. 77-84, 2013.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. In: ETGES, V. E. **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

CARTILHA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. 2014, v. 1, 87 p. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

CONSTANTY, F. P. H e ZONIN, W. J. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sustentabilidade: O caso do município de Marechal Cândido Rondon. **Revista Desenvolvimento Meio Ambiente**, v. 36, p. 371-392, Abr, 2016.

CONTAG. **Projeto Político: SOBRE A SUCESSÃO RURAL**. 2015. CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Disponível em: <<https://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=387&ap=1&nw=1>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

CONTAG. **Projeto Político: SOBRE AS NOVAS RELAÇÕES DE GÊNERO E GERAÇÃO**. 2015. CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Disponível em: <<https://www.contag.org.br>. Acesso em: 05 ago. 2016.

FBES. **O que é Economia Solidária?** 2013. FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <<http://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

FNDE. **Alimentação Escolar:** Sobre o PNAE. 2015. FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2. 25-27 abr. 2007, Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais - NPMS/UFSC. Anais... Florianópolis, 2007. p. 485-506.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/parana|marechal-candido-rondon|censo-demografico-2010:-sinopse->> . Acesso em: 01 de Abril de 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades@.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 03 de Agosto de 2016.

IPARDES. Caderno estatístico do município de Marechal Cândido Rondon – PR. Curitiba: PR, Abril de 2017. <http://www.ipardes.gov.br/cadernos>.

IBGE (Paraná). **Notícias:** Censo 2010. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/censo-2010/homens-e-mulheres/pr>>. Acesso em: 20 out. 2017

NASCIMENTO, A. L.; ANDRADE, S. L. L. S. Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania?. **Ciência e Cultura.** [online]. Vol.62, n.4, pp. 34-38, 2010. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v62n4/a12v62n4.pdf>>. Acesso em: 23 de Maio de 2016.

NASCIMENTO, F. R. S. **Pluriatividade e incremento de renda nas famílias de assentamentos do Distrito Federal.** Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2012, 178 p. Dissertação de Mestrado.

PINO, F.A; Francisco V.L.F dos S; Cezar S.A.G et al, **Sazonalidade em séries temporais econômicas: Um levantamento sobre o estado da arte.** Agricultura de São Paulo. V.41. n.3. 1994 – p.103-133.

SIQUEIRA, A. E. S. S. **Empoderamento De Mulheres Agricultoras: Possibilidades E Limites De Um Projeto De Desenvolvimento Rural No Semiárido Baiano.** 2014. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Mulheres, Gênero e Feminismo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2015_mestrado_UFBA_Ana_Elizabeth_Siqueira.pdf>. Acesso em: 16 set. 2017.

SOBRAL, F.; PECCI, A. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro.** São Paulo: Prentice Hall, 2008.